

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
GABRIELA CUNHA MONTEIRO

VIVÊNCIAS E LUTAS EM “*ALTA TENSÃO*”:
TRABALHADORES DE FURNAS E A GREVE DE 1989

3745
S.9 (c)

UBERLÂNDIA

2019

GABRIELA CUNHA MONTEIRO

**VIVÊNCIAS E LUTAS EM “*ALTA TENSÃO*”:
TRABALHADORES DE FURNAS E A GREVE DE 1989**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Antônio de Almeida

UBERLÂNDIA

2008

GABRIELA CUNHA MONTEIRO

**VIVÊNCIAS E LUTAS EM “*ALTA TENSÃO*”:
TRABALHADORES DE FURNAS E A GREVE DE 1989**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Almeida

Prof^a. Wilma Ferreira de Jesus

Prof. Leandro de Aquino Mendes.

AGRADECIMENTOS

Cada pessoa que passa em nossa vida, passa sozinha, é porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra. Cada pessoa que passa em nossa vida passa sozinha, e não nos deixa só, porque deixa um pouco de si e leva um pouquinho de nós. Essa é a mais bela responsabilidade da vida e a prova de que as pessoas não se encontram por acaso.

(Chaplin)

A realização deste trabalho só foi possível devido a diversas pessoas; não conseguirei citar o nome de todas que me ajudaram, mas algumas devem ser eternamente lembradas.

Em primeiro lugar, Deus, fonte de vida e verdade. Meus pais: minha mãe, **Vera**, por me ensinar a importância do amor e do perdão, além de ser um exemplo de força, lealdade e companheirismo. Meu pai, **Orlando**, por todo o amor, apoio e dedicação e por ser um exemplo de bondade, caráter e força de vontade, ensinando-me que o mundo pode ser muito melhor... Obrigada por acreditarem em mim e nos meus sonhos, foi graças ao apoio e confiança de vocês que cheguei até aqui. Por me sentir incentivada e amada mesmo distante. A vocês todo o meu amor e carinho.

A minha irmã, **Carolina**, por todos os sorrisos e conversas compartilhadas, por direcionar e apoiar as minhas escolhas.

Ao meu amado noivo, **Leandro**, por todo o amor, carinho, pelas risadas, o ombro amigo e o abraço acolhedor. Por ser sempre, além de tudo, um amigo, companheiro e me ensinar que a melhor vitória de um ser humano é quando ele consegue perdoar e extrair a felicidade com pequenos gestos. A você, todo meu amor e gratidão por cada momento de felicidade ao seu lado.

Ao meu orientador, **Antônio**, por toda confiança, preocupação e por me ajudar sempre que necessário. Obrigada por acreditar neste trabalho e torná-lo possível.

A minha amiga-irmã, **Aliny**, por estar sempre ao meu lado, pelos momentos de grande ternura ou de angústia, quando você me estendeu a mão, orientou-me. Por todos os momentos maravilhosos e inesquecíveis ao seu lado, pelas risadas descobertas, adversidades, por cada gesto de companheirismo. A você a minha eterna gratidão e o meu imenso amor e admiração.

Aos meus amigos que me incentivaram: **Daízi, Raíssa, Natália e Luciano**, a minha imensa gratidão.

Está na luta, no corre-
corre, no dia-a-dia.
Marmita é fria, mas se
precisa ir trabalhar.
Essa rotina em toda
firma começa às sete
da manhã.
Patrão reclama e
manda embora quem
atrasar...

Trabalhador,
Trabalhador
brasileiro,
Dentista, frentista,
polícia, bombeiro.
Trabalhador
brasileiro.
Tem gari por aí que é
formado engenheiro...
Trabalhador...
Trabalhador...

E sem dinheiro vai
dar um jeito.
Vai pro serviço.
É compromisso, vai
ter problema se ele
faltar.
Salário é pouco, não
dá pra nada.
Desempregado
também não dá.
E desse jeito a vida
segue sem melhorar...

Trabalhador,
Trabalhador
brasileiro,
Garçom, garçonete,
jurista, pedreiro,
Trabalhador
brasileiro,
Trabalha igual burro e
não ganha dinheiro.
Trabalhador brasileiro
Trabalhador...

Seu Jorge -
Trabalhador

RESUMO

O movimento operário no Brasil sofreu várias interpretações e definições, contudo, após a década de 70 do século XX, observamos nitidamente que uma mudança estava por vir, e de fato aconteceu. Surgiu uma nova forma de se pensar os trabalhadores e sua atuação. Nesse sentido, eles são meus personagens, trabalhadores da Usina de Furnas, na cidade de Passos - MG.

O recorte cronológico desta pesquisa foi definido de 1980 até o ano de 1989, período em que as greves gerais “pararam” o país, e a greve de maio de 1989 da Usina de Furnas motivou e contribuiu para a construção de novas reivindicações dos trabalhadores. Enfatizo o movimento deles dentro da empresa, apresentando a vida na Vila de Furnas, as condições de sobrevivência e as dificuldades no trabalho, apontando o que levou à greve no fim da década de 80.

Para tanto, vou partir da análise de depoimentos de trabalhadores de Furnas e do jornal da cidade de Passos (*Folha da Manhã*) que noticiou a organização e o porquê da greve de 1989.

Espero que este trabalho possa contribuir para uma melhor compreensão das relações entre trabalhadores e empregadores no Brasil, esperando que o mesmo, ao somar-se às muitas produções acadêmicas existentes nessa área, possa suscitar reflexões que ajudem a pensar as relações sociais a partir do respeito mútuo, valorizando, sobretudo, os seres humanos que estão por trás das personagens, sejam elas trabalhadores ou empregadores.

SUMÁRIO

RESUMO	09
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – O processo de reabertura política no Brasil como conquista da sociedade civil	15
1.1 - Instituições em crise	20
CAPÍTULO 2- Vivências e resistências	23
2.1 Governos e Planos dos anos 80	29
2.2 O dia da paralisação	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
BIBLIOGRAFIA	41
HISTÓRIAS DE VIDA	43
FONTES DOCUMENTAIS	43

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é a de estudar os trabalhadores da Empresa Furnas, no município de Passos – MG como protagonistas de uma greve que durou menos de 24 horas, ocorrida em maio de 1989, e que teve como desdobramentos a promoção de mudanças significativas nos anos posteriores, apontando assim seus espaços de vivências e trabalho.

Após o ano de 1978, o tema do trabalho foi exaltado e pesquisado por vários historiadores brasileiros, destacando-se o trabalho de Eder Sader, que escreve logo após esta data. Segundo o autor, a mudança no perfil dos trabalhadores brasileiros tem início em 1978 com vários movimentos grevistas na região do ABC Paulista. Neste momento há uma luta democrática em curso: por mais que a polícia militar seja mandada para conter os grevistas e as manifestações, estes já estavam ganhando visibilidade em meio à sociedade civil, e não era apenas uma luta pelas condições de trabalho e por causa da situação econômica do país, mas também pela democracia. Essas movimentações, que a princípio ganham visibilidade em São Paulo, servem para apontar os trabalhadores como força política e ainda deteriorar a legitimidade da ditadura militar. Porém, se queremos entender os movimentos dos trabalhadores não podemos apenas nos limitar aos objetivos claros de reivindicações e lutas, mas temos que pensar nos trabalhadores como homens que estão inseridos no todo social, pois a História Social já nos permite isto,

A História Social significava assumir o sentido político da inversão do olhar que colocava ênfase “em outros sujeitos sociais, que não os “heróis nacionais”, como capazes de fazer a História, sem transforma-los em novos vilões ou heróis.” Tratava-se não só de buscar novos temas e problemas, mas propô-los de forma a (re)afirmar a contemporaneidade e a vitalidade crítica da reflexão histórica, entendendo que a operação histórica assim pensada requer, como indica Beatriz Sarlo, um movimento não só retrospectivo, mas fundamentalmente prospectivo.¹

A História Social, sobretudo numa vertente mais progressista, apresenta-nos uma forma nova de inserir outros sujeitos sociais nos estudos históricos, pois assim pensamos em uma história renovada:

Certamente não a história asséptica, cuidadosamente pesada, pacientemente dissecada, medida ao milímetro, sem vitalidade por ser constantemente

¹ CRUZ, Heloisa de Faria. *Cultura, Trabalhadores e Viver Urbano*. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós- Graduação em História do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo: EDUC. 1999.

*confrontada consigo mesma e com suas fontes, tal como ficou depois que os historiadores por aí passaram. Não! Uma história ainda rica das cores da vida, os vastos afrescos ardentes de paixão, da façanha republicana – um álbum em relevo de imagens de Epinal onde o sangue, o suor, as lágrimas e a pólvora misturam seus ingredientes. Não é mais a história maiúscula, se duvida, mas a política do passado, tal como a viveram, tal como a fizeram as gerações de homens cujas esperanças forma apenas ilusões, e que só encontraram a decepção ao final de seus sonhos. Assim vestida, a história permanece a companheira quotidiana do militante.*²

Uma pergunta poderia ser levantada: qual a importância de se estudar os trabalhadores nos dias de hoje, em meio a tantas novidades temáticas? Qual a relevância de um estudo dessa natureza? Para nós, a resposta é simples: pesquisar os trabalhadores significa um esforço no sentido de procurar compreender as transformações que têm ocorrido na nossa sociedade, as quais influenciam o modo de viver, de trabalhar e de pensar das pessoas. Estudar os trabalhadores é reconhecê-los, também, como sujeitos do processo histórico; é desvendar seus espaços de socialização e suas práticas, tornando-os visíveis em nosso meio. Desta forma, como historiadores que somos, acreditamos estar interferindo na realidade em que estamos inseridos.

Neste trabalho, parto do entendimento de que o estudo dos trabalhadores não pode se dar a partir de uma “visão de cima”, aprisionada em noções cristalizadas. Como muito bem afirmou Georges Haupt, esse é o tipo de procedimento que

*transmite imagens desbotadas, e oculta os verdadeiros problemas. Ela minimiza as dimensões do mundo operário e o aprisiona em quadros fixos e estáticos. É que seu enfoque não tem como objeto a classe operária, mas suas representações organizacionais e ideológicas, particularmente as instâncias dirigentes do partido.*³

Por isso mesmo, o nosso olhar está voltado para uma história / estudo dos trabalhadores que aborda as suas vivências dentro e fora de seu espaço de trabalho, partindo

do entendimento teórico de que, para a melhor compreensão da história da classe trabalhadora, nada pode ser deixado de lado ou considerado insignificante, a preocupação é alertar para a necessidade de se considerar igualmente importantes e indissociáveis todas as práticas ou manifestações desses trabalhadores, estejam elas vinculadas diretamente ao processo formal

² HAUPT, Georges. *Por que a história do movimento operário?* São Paulo, Revista Brasileira de História. V. 5, nº 10, março/agosto de 1985, p. 208-231.

³ Idem

do trabalho, às relações sociais da vivência cotidiana ou alojadas no patamar das representações simbólicas.”⁴

Essa mudança em se pensar a história do movimento operário ou dos trabalhadores foi-nos possibilitada após a década de 1920, quando vimos emergir uma “revolução” na historiografia, abrindo a área para novas possibilidades. Com essa renovação, surgiram novas noções, inclusive, na forma de como se pensar a documentação que usamos para a pesquisa. Nesse aspecto, uma das grandes contribuições surgiu a partir do movimento historiográfico da Escola dos Annales, que apostou na diversidade de documentos que podem ser utilizados por nós historiadores. Desta forma, deixamos de nos limitar a textos oficiais e passamos a trabalhar com periódicos, fotos, entrevistas que complementam nossos estudos. Inspirada nessas contribuições utilizo, neste trabalho, dois tipos de fontes de pesquisa, além dos textos historiográficos: os depoimentos de trabalhadores e um jornal de maior circulação no espaço estudado.

Os depoimentos apresentam-nos fatos que ficaram marcados na memória de nossos atores sociais, mas também nos mostram as não lembranças que foram apagadas por algum motivo. Assim, a História Oral ajuda-nos a resgatar a memória, interagindo o passado com o presente. É importante ressaltar que a oralidade pode estar carregada de uma suposta imparcialidade ou deliberadamente deturpada, pode até mesmo ser enganosa pelo fato de estar ligada à memória. Por isso mesmo, as fontes orais devem ser avaliadas e interpretadas tal como qualquer outro tipo de fonte documental. Nesse aspecto, temos plena concordância com as afirmações de Portelli:

Acredito na história oral precisamente porque ela pesquisa a memória do indivíduo como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais. E penso que parte de nosso desafio é o fato de que realmente encaramos a memória não apenas como preservação da informação, mas também como sinal de luta e como processo em andamento. Encaramos a memória como um fato da história; memória não apenas como um lugar onde você “recorda” a história, mas memória “como” história. Nisto é que temos trabalhado constantemente. De lado, construindo arquivos, porque se trata de um recurso inestimável para que a memória não seja esquecida; de outro, insistindo no fato de que a memória é um processo, algo que está acontecendo agora, do qual todos participamos.⁵

⁴ ALMEIDA, Antônio de. *Os trabalhadores e seus espaços: cultura, experiência e cotidiano nos estudos históricos sobre identidade coletiva*. In: MACHADO, M. C. Tomaz e PATRIOTA, Rosângela (orgs). **Política, Cultura e Movimentos Sociais: contemporaneidades historiográficas**. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Mestrado em História, Uberlândia, 2001.

⁵ PORTELLI, Alessandro. *Memória e Diálogo: Desafios da História Oral para a ideologia do século XXI*. In: Ferreira, Marieta de Moraes et. All. *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/CPDOC, 2000.

Além dos depoimentos, os jornais auxiliaram-me na localização dos acontecimentos no tempo e no espaço e na demonstração de como a sociedade e os detentores desse meio de comunicação enxergaram as manifestações dos trabalhadores. Entretanto, ao tomar o jornal como fonte documental histórica, é nossa função como pesquisadora estar alerta para compreender que a sua utilização requer uma prévia definição e contextualização do objeto de estudo. Cabe ao pesquisador ter o cuidado de cruzar as informações obtidas com outras fontes documentais que possam transmitir dados acerca do objeto de estudo.

Utilizando essas noções, desenvolvi este trabalho estruturado em dois capítulos. O primeiro apresenta uma análise da mudança da noção de sindicalismo no final da década de 70, apontando as instituições que também sofreram modificações neste período. No segundo capítulo, apresento como essas mudanças da década de 70 influenciaram o interior do país, mais especificamente a cidade de Passos, no sul de Minas Gerais, mostrando ainda, o espaço de vivência dos trabalhadores da Usina de Furnas e o que os motivou a “pararem” em maio de 1989, apontando a situação econômica do país e como isto influenciou diretamente o desenrolar das negociações entre trabalhadores de Furnas e a empresa.

CAPÍTULO I

O PROCESSO DE REABERTURA POLÍTICA NO BRASIL COMO CONQUISTA DA SOCIEDADE CIVIL

“A luta continua companheiro!” - Durante anos, trabalhadores do Brasil, mas principalmente os de São Bernardo do Campo, ouviram esta frase do então líder sindical Luis Inácio da Silva, o Lula. Essa afirmativa, carregada de significados para as décadas de 70 e 80, ilustra a situação de “combate” em que estes trabalhadores estavam vivendo. Após a implantação da ditadura no país em 1964, os trabalhadores mais combativos da região do ABC Paulista⁶ foram perseguidos, e, por mais de uma década, muitos sindicatos foram ocupados por interventores oficiais. Essas entidades perderam o caráter de defesa dos interesses dos trabalhadores para assumir uma posição assistencialista. Era a ditadura desarticulando anos de luta em defesa da organização sindical e dos direitos trabalhistas.

Em várias outras regiões do país, como na longínqua Vitória de Santo Antão⁷, agreste pernambucano, muitos trabalhadores do campo também foram perseguidos, acusados de comunistas, alguns mortos, e seus sindicatos rurais também foram desarticulados.

Na região do grande ABC, essa face do sindicalismo assistencialista podia ser claramente percebida pelas próprias propostas daqueles que estavam dispostos a ocupar as diretorias dos sindicatos:

No programa da chapa situacionista que, em 1965, elegeu-se para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, excetuando-se um único item que defendia ações contra a insalubridade, todos os demais pontos do programa apontavam para questões assistenciais, quais sejam: reorganização e ampliação da assistência médica, jurídica e dentária; instalação de uma farmácia na sede do sindicato; instalação de uma cadeira de barbeiro (a preços populares); criação de um departamento de empregos e colocações (só para a categoria); criação de um departamento para a execução e encaminhamento de todos e quaisquer documentos a todas as repartições públicas, reorganização dos departamentos social, esportivo e cultural; instalação de escolas de alfabetização e pré-vocacionais.⁸

⁶ Região Metropolitana de São Paulo, composta por estes municípios: Diadema, Mauá, Rio Grande da Serra, Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

⁷ MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

⁸ ALMEIDA, Antônio de. *Novas leituras para antigas lutas: representatividade e organização coletiva entre trabalhadores do ABC Paulista – 1964/1990*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 19, nº 37, p. 279-309. 1999.

Entretanto, juntamente com o assistencialismo, a ditadura trouxe, também, a repressão, a intolerância e a ilusão de crescimento econômico. O Governo do General Médice, por exemplo, ficou marcado não só pela conquista do título mundial de futebol, mas principalmente pelo “milagre econômico”, *“o regime havia conseguido promover o crescimento econômico, por um modelo de desenvolvimento que incentivava o ingresso de capitais internacionais e causava acirramento do processo de concentração de renda”*.⁹ Por mais que entre 1968 e 1973 o Brasil tenha experimentado um período de crescimento industrial, em 1975 o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro decaiu cerca de 4 pontos percentuais, pois o “milagre” continuou promovendo a dependência econômica do país em relação aos grandes credores internacionais, houve um aumento significativo da dívida externa e a inflação voltou a explodir, corroendo progressivamente o salário dos trabalhadores.

As obras monumentais também foram feitas nesse período dos governos militares, como a Transamazônica e a ponte Rio - Niterói, e cada vez mais os governantes queriam o desenvolvimento a qualquer custo. Em finais do ano de 1973, com o “milagre econômico” apresentando sinais de abalo em alguns setores industriais e com os prenúncios do retorno da inflação, Médice anuncia, para ocupar seu cargo na Presidência, Geisel (1974). Diante do fracasso do “milagre”, advindo também pela crise mundial do petróleo, a fonte da legitimação da ditadura que estava baseada na economia se abala, e o novo presidente vê-se obrigado a adotar novas medidas na busca da legitimidade para o regime.

*Nesta conjuntura, Geisel planejou a “distensão” do regime, por meio da qual aumentaria os espaços de participação política e anularia os mecanismos mais explícitos de repressão. Tratava-se de tentar cooptar setores oposicionistas, pertencentes às classes média e alta, alargando a base de apoio ao governo.*¹⁰

Com Geisel, as iniciativas de liberalização ou abertura política (neste governo há a abolição do AI-5 e uma gradativa retirada da censura nos jornais, revistas, no rádio e na televisão) ocorriam mescladas com a repressão de alvos determinados, principalmente os setores oposicionistas ao regime militar. Ou seja, a abertura não foi fator impeditivo para que as práticas repressivas continuassem ocorrendo.

Diante de todo esse contexto político, ainda há, na década de 70, uma insatisfação dos trabalhadores em relação às suas condições de vida e trabalho, uma vez que, com o

⁹ JÚNIOR, Walter Cruz Swensson. MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi de. *Contra os inimigos da ordem – repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)*. Rio de Janeiro: DPA editora, 2003.

¹⁰ Idem.

arrocho salarial provocado pelos altos índices de inflação, não havia dispositivos efetivos de segurança no trabalho nem perspectiva de melhoria.¹¹ Segundo Sônia Regina de Mendonça e Virgínia Maria Fontes, entre os anos de 1974 e 1976, vários trabalhadores “sacudiram” as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, quebra-quebras ocorreram nos trens e ônibus como forma de demonstrarem suas insatisfações perante condições precárias do transporte, por meio de manifestações nem sempre organizadas, mas espontâneas, externando um profundo descontentamento diante da realidade posta.

A repressão foi dura em relação aos trabalhadores, os antigos diretores dos sindicatos mais combativos foram perseguidos, torturados, e vários saíram do país na clandestinidade. No ano de 1975, dois presos políticos, Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho, foram assassinados, levando mais descontentamento à população. Apesar desse quadro, o fruto da resistência dos trabalhadores não tardaria a aparecer. No ano de 1978, os trabalhadores da Saab-Scânia pararam a fábrica e fizeram uma greve em plena ditadura militar. Essa manifestação não tinha apenas um caráter econômico, ainda que reivindicassem uma reposição salarial de 34,1%. Tratava-se, também, de uma rearticulação contra a ditadura militar, contra a repressão e pela liberdade democrática. Essa primeira greve foi uma decisão autônoma dos trabalhadores, mas fez parte de uma estratégia elaborada pelo sindicato.

Com essa primeira greve os trabalhadores começaram a se rearticular e trouxeram à tona uma nova forma de pensar o sindicato e suas relações. Cabe ressaltar que neste ano de 1978, no dia 21 de abril, Lula assume a Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, quando tinha início a “abertura” política do Governo Geisel. Nesse contexto, os trabalhadores retomavam um processo de organização no próprio espaço de trabalho, defendendo uma atuação “classista” e assumindo uma organização pela base. Essas novas formas de organização foram classificadas pelos analistas como um “novo sindicalismo”, ou seja, uma maneira alternativa de pensar o sindicato e seus trabalhadores, diferente do sindicalismo colocado em prática após o golpe de 1964, quando o Governo comandava as ações assistencialistas. Assim, a “*orientação classista e ênfase na organização por fábricas, seriam então o núcleo desta proposta de novo sindicalismo*”¹². Os trabalhadores queriam recuperar sua autonomia sindical, negociando diretamente com os empresários, fora da tutela do Estado, e gostariam de um

¹¹ FONTES, Virgínia Maria. MENDONÇA, Sônia Regina de. *História do Brasil recente 1964-1992*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 4ª edição.

¹² MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos – Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

reconhecimento legal de seus representantes (delegados sindicais), focando maiores salários e melhores condições de trabalho.¹³

A greve de 1978 e as dos anos posteriores no ABC, organizadas, promovidas ou apoiadas pelo “novo sindicalismo”, assumem um caráter massivo e, segundo Marco Aurélio Garcia, há três dimensões para se perceber esse tipo de conflito. A primeira diz respeito a um conflito fabril, ou seja, dos trabalhadores e por suas condições de trabalho, que não eram melhoradas pelo empresário; algumas lideranças sindicais se mobilizaram para a construção de um sindicato combativo. A segunda envolvia as demandas salariais, ponte maior que levou a uma politização por parte dos trabalhadores. Por fim, a terceira dimensão é esta politização, pois os trabalhadores, envolvendo-se nos assuntos de seus interesses, formavam uma força maior contra a política da ditadura. Essas dimensões resultam a princípio na greve de 78. Outra autora, Amnéris Maroni, analisa que o movimento de 78 partiu de atitudes individuais para depois apontar para o coletivo: na medida em que os trabalhadores vão percebendo que seu trabalho não é valorizado da forma como eles mereciam, começam práticas de sabotagem, pois sabiam que era do seu trabalho que as fábricas sobreviviam e que eles possuíam a força principal, que é a força da produção. Como esses trabalhadores estavam submetidos a condições de fragmentação das atividades, que conduziam a uma atomização do saber laboral, a partir dessa percepção eles buscaram novas alternativas, o que a autora chama de “discurso da ação”:

Motivam-lhe essas práticas os baixos salários, a oposição aos chefes, a resistência ao ritmo de trabalho, etc. O que importa ressaltar, no entanto, é que, ao se colocarem contra a exploração, desenvolvem práticas, ainda quanto individuais, que visam preservar a identidade operária, já que, ao quebrar as máquinas, os operários se diferenciam dos objetos, mostrando que não aceitam o processo de reificação que visa transformar tudo em mercadoria. Trata-se enfim, da expressão da revolta do trabalho vivo contra o trabalho morto. Ao defender da exploração, o operário é obrigado a reivindicar o direito de determinar ele mesmo seu ritmo de trabalho de se recusar a ser tratado como coisa.¹⁴

Segundo Laís Wendel Abramo, a greve começa por reivindicações de ordem econômica e política, como reajuste nos salários e maior liberdade em relação ao regime, mas vai além disso. A greve trouxe dignidade para os trabalhadores, a qual lhes foi retirada e violentada pela injustiça e exclusão do sistema. Por mais que não estivesse nas pautas de reivindicações, a dignidade também tinha que ser resgatada.

¹³ FONTES, Virgínia Maria. MENDONÇA, Sônia Regina de. *História do Brasil recente 1964-1992*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 4ª edição.

¹⁴ MARONI, Amneris. *A estratégia da recusa – Análise das greves de maio/ 78*. São Paulo: Brasiliense.

Percebemos que a greve de 78 trouxe condições novas para posteriores lutas. Não é por acaso que, a partir de 1980, vários autores aprofundam pesquisas sobre este tema. Enquanto para uns a greve teve um significado de mudança para os trabalhadores e de uma ruptura com o sistema vigente, outros a apontaram como um movimento da “aristocracia operária”, ou seja, acreditavam que era um movimento corporativista, de trabalhadores privilegiados, que recebiam os melhores salários do país. Mas essa é uma concepção que perde sustentabilidade, quando avaliamos que a greve de 78 motivou vários outros movimentos grevistas e sociais, independentemente das condições de salário.

Não foi apenas a greve de 78 que se fez importante para a construção de uma história dos trabalhadores, os anos seguintes a ela revelaram fatos fundamentais para entendermos como isto tudo influenciou outras décadas, como a de 80, período desta pesquisa. Em 13 de abril de 1979, os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema começaram uma Greve Geral, o primeiro grande movimento após o ano de 1964.¹⁵ Sem muita experiência em greves, organizaram-se como foi possível, fazendo piquetes e reunindo-se em assembléias para determinarem a direção da greve. Em função do elevado número de trabalhadores foi necessário que as reuniões acontecessem dentro do Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, pois o espaço do Sindicato dos Metalúrgicos ficou pequeno.

A ditadura, não menos atenta, promoveu a intervenção no sindicato e suas principais lideranças foram afastadas. Mas, como a luta continua..., em 1980 Lula e seus companheiros rearticularam uma nova greve que durou 41 dias. A repressão estava presente a todo o momento, mas os trabalhadores se uniam cada vez mais; umas vezes ganhando, outras perdendo, mas sempre juntos.

Com essas novas possibilidades de lutas e com as reformas processadas no país, que possibilitaram o ressurgimento do pluripartidarismo, os trabalhadores organizaram-se para formar um novo partido. Nascia, assim, o Partido dos Trabalhadores (PT), que na esteira da ruptura com o bipartidarismo da ditadura militar, ARENA e MDB, trazia uma nova opção política. Ou seja, ainda que claramente configurado como partido de esquerda, os petistas optaram por um modelo socialista - mas sem rígidas vinculações teóricas ou políticas, principalmente as mais ortodoxas. Organizaram-se por meio dos “núcleos de base”, sendo crescentemente apoiados por filiados e simpatizantes, sobretudo, trabalhadores.

¹⁵ OLIVA, Aloizio Mercadante (coord.). *Imagens da Luta: 1905-1985*. São Bernardo do Campo, Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1987, p. 162.

O PT, Partido dos Trabalhadores, começava a nascer e seu projeto passava a ser pauta nas reuniões, seminários e atividades dos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. No entanto, todo este processo de formação do PT não significava comprometer a independência do Sindicato como órgão autônomo e sem qualquer vinculação partidária. O PT surgia como resultado direto do avanço das lutas operárias e sindicais, onde este Sindicato, inegavelmente, teve um papel histórico decisivo.¹⁶

As greves de 78 / 79 promoveram uma mudança no perfil dos trabalhadores brasileiros. Os movimentos que a princípio ganham visibilidade em São Paulo servem para apontar os trabalhadores como força política e ainda deteriorar a legitimidade da ditadura militar. Por mais que a mudança do perfil dos trabalhadores comece a mudar em 78 é na década seguinte que ela se fortalece.

1.1 - Instituições em Crise

Segundo Eder Sader¹⁷, as novas possibilidades e experiências de lutas ocorridas na década de 70 não ocorrem apenas pela necessidade de combater a ditadura, mas apresenta instituições que estavam em crise e abriram espaços para novas elaborações, entre elas, a Igreja, a esquerda e o sindicalismo.

Da Igreja Católica, sofrendo a perda de influência junto ao povo, surgem as comunidades de base. De grupos de esquerda desarticulados por uma derrota política, surge uma busca de “novas formas de integração com os trabalhadores”. Da estrutura sindical esvaziada por uma falta de função, surge um “novo sindicalismo”.¹⁸

A Igreja Católica, a partir da década de 70, apresenta uma nova proposta de atuação dos católicos em seu meio. Muito dessa mudança foi influenciado pela *II Conferência Geral do Episcopado latino-americano*, que ocorreu na cidade de Medellín, na Colômbia, no ano de 1968. A partir da conferência foi criada a Declaração de Medellín, na qual o individualismo da salvação católica foi substituído pelo coletivo, pois a salvação não se dá individualmente, mas a partir da constituição de comunidades. Por esse caminho vão sendo desenvolvidas as “pastorais das massas” e vão crescendo juntos grupos de mulheres,

¹⁶ Idem.

¹⁷ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena – Experiências e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁸ Idem.

jovens, constituídos na Igreja, formando movimentos de luta por melhores condições de existência. Entre outras coisas, eles se mobilizavam cobrando saneamento, transporte e qualquer direito que lhes fosse negado. Cresce, então, o número de CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) que se multiplicaram por todo o país.

O “novo povo de Deus” serve para simultaneamente inscrever a coletividade eclesial atual numa identidade já estabelecida e consagrada e também marcar as diferenças que ocorrem em sua manifestação atual. O “novo povo de Deus” já não é apenas o conjunto dos filhos de Israel como no Antigo Testamento, nem apenas a Igreja como no Novo Testamento, nem a Cristandade enquanto organização social dominada pelo poder temporal da Igreja como na Idade Média; são clérigos e leigos reunidos em uma comunidade que se forma em torno da “palavra de Deus”. Essa presença de Deus é reconhecida inclusive na religiosidade popular, que deixa de ser simplesmente condenada. Reconhecendo uma diversidade cultural que produz diversidades na fé religiosa, o texto de Medellín afirma ser próprio da fé um dinamismo interior que a leva a superar suas “motivações autênticas” e ser função da Igreja aceitar e purificar esses sinais primeiros da presença divina. Assim, embora incorpore leigos e clérigos, a nova doutrina mantém uma hierarquia fundada na própria noção da Igreja enquanto manifestação temporal da divindade.¹⁹

A “Nova Igreja Católica” provocou mudanças em seus membros, clérigos e leigos, por isto constatamos o crescimento das CEBs, que surgiam de forma simples, a partir de uma atividade solidária em grupos, inspirada no Evangelho; mas o importante é que aquele grupo se engajava para intervir em uma realidade problema, sempre no coletivo. Do ponto de vista político, seriam comunidades autônomas, mas estabeleciam uma relação direta com a Igreja, já que esta oferecia agentes de pastorais para trabalharem dentro daquelas entidades. Além do mais, vários encontros das comunidades ocorriam dentro das próprias igrejas. Mas a importância da Igreja para as CEBs é a de oferecer uma referência teológica, levando à Teologia da Libertação, que de forma resumida, objetiva apontar as condições de vida em que a população vive, refletir teologicamente sobre os fatos, confrontando-os com a realidade vivida na Bíblia Sagrada e, ao fim, apontar caminhos para se trabalhar coletivamente. O tema central desses discursos é o da libertação, “*libertação do egoísmo, da alienação, da miséria, e das injustiças, em suma, dos pecados pessoais e sociais*”²⁰. Pensando a partir destas concepções, várias pessoas começaram a se articular em movimentos para garantirem seus direitos básicos.

Portanto, desde o início da década de 70, mudanças começaram a ocorrer no meio da população, além da modificação da forma de atuação da Igreja, ainda há uma nova

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem

maneira de se pensar os sindicatos, como sendo organizações que trabalhavam para garantir os direitos dos trabalhadores. A partir de 1977, com a falência do “milagre econômico” e com a luta pela reposição salarial começamos a vislumbrar novas possibilidades de luta. Ainda no âmbito político, vemos o crescimento de um Partido Político, o PT, como alternativa para a luta dos trabalhadores em geral, e a formação, no ano de 1983, da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Muitos acreditavam que a classe operária era uma só, daí a importância da construção de organismos centrais nos quais todos se agregariam. A criação do PT e da CUT, para muitos, foi o auge da esperança de modificar a realidade existente, tanto que, após um ano de fundação desta última, em seu 1º Congresso Nacional, a CUT aprovou uma resolução sobre a questão sindical na qual contavam significativos itens para orientar a luta dos trabalhadores:

democracia interna; caráter classista e de lutas dos sindicatos; ação sindical de combate à exploração no campo e na cidade, através de todas as formas de luta consideradas oportunas; liberdade e autonomia sindicais; organização sindical por ramo de atividade (dos locais de trabalho à Central); eleições sindicais livres e diretas; abolição das formas impostas de sustentação financeira; ampliação da sindicalização e unidade sindical pela base.²¹

Assim, a CUT foi tornando-se símbolo da luta dos trabalhadores juntamente com o “novo sindicalismo”, dando base para os vários movimentos de trabalhadores que ocorreram no ABC Paulista e em várias outras regiões brasileiras, como é o caso do município de Passos – MG, local onde foram desenvolvidas as pesquisas empíricas que deram suporte para as reflexões contidas neste trabalho.

²¹ MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos – Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

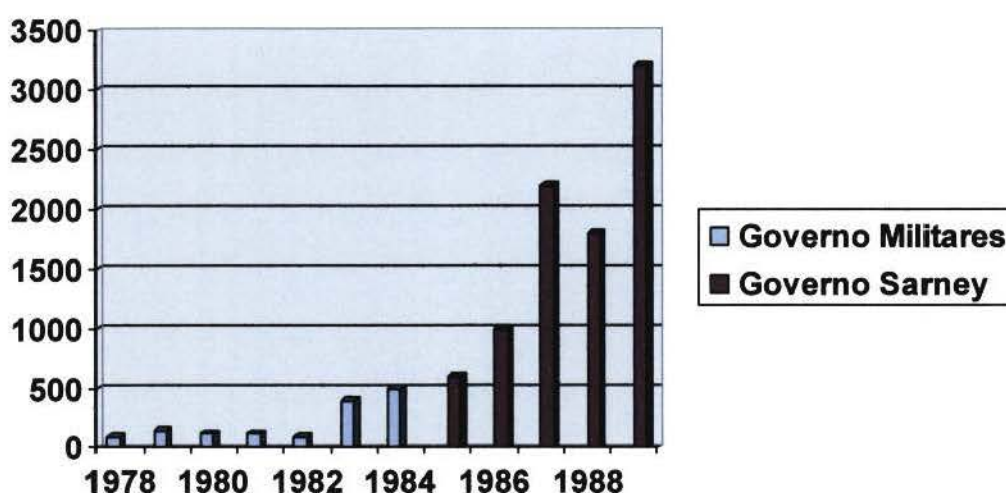
CAPÍTULO II

VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

A década de 80 registrou o maior número de greves no país. Podemos pensar em vários motivos para esse aumento, sendo o primeiro deles o processo de reabertura política que tem início em Geisel, amplia-se no governo Figueiredo, mas dá um passo efetivamente decisivo, ao menos em termos formais, em 1985, com a eleição de Tancredo Neves, que representa o retorno dos civis ao comando do país. Esse conjunto de acontecimentos possibilita aos trabalhadores perceberem que as mudanças têm uma relação direta com o fortalecimento do movimento operário pela sua base, reconhecendo a importância do “novo sindicalismo”. Contudo, ainda há um outro fator que contribui para o crescimento das atividades grevistas:

“Um dos indicadores do aumento da potencialidade de organização da classe trabalhadora brasileira foi a elevação do número de sindicatos durante as últimas décadas, acompanhando a acelerada industrialização e o concomitante aumento da classe trabalhadora urbana.”²²

GRÁFICO 1.0²³
Atividade Grevista – 1978 / 1989



²² SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param – Greves e mudança social no Brasil 1945 – 1990*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

²³ Idem.

A partir do gráfico acima, percebemos que o ano de 1983 foi um divisor, pois há um aumento significativo das atividades grevistas no país, as agitações não pararam de crescer. Segundo Salvador Sandoval, a partir de 1980 há uma mudança na composição dos grevistas, ou seja, grupos menos ativos nas greves participaram em maior número. O caso mais claro seria o setor de serviços (professores, bancários e motoristas) e trabalhadores das estatais federais, como foi o caso dos trabalhadores de Furnas²⁴. Estes prestavam serviços para o Estado e, assim como os trabalhadores de várias outras empresas depararam-se com um longo período de ditadura repressiva no país. Percebe-se, então, que os grandes movimentos grevistas partidos dessa estatal ocorrem de forma efetiva e agregam um número maior de trabalhadores após a abertura política em 1985, tendo seu auge em 1989.

Todas essas mudanças foram atingindo o interior do país, as idéias, lutas e reivindicações chegaram aos trabalhadores de Furnas, na então pequena cidade de Passos, sul de Minas Gerais, o que promoveu uma articulação deles para lutarem por melhores condições de trabalho e vida, promovendo, em 1989, uma greve que contou com o apoio de eletricitários de outras estatais como a ELETROSUL e CEMIG. Tais trabalhadores se articularam em torno do Sindicato dos Eletricitários do Sul de Minas Gerais (SINDSUL), fundado em 31 de março de 1958, com sub-sede na cidade de Passos.

A formação do município de Passos data de fins do século XVIII, quando negros fugidos das minas e homens pobres livres buscavam melhores condições de vida nas proximidades da Serra da Canastra; estes indivíduos foram constituindo suas moradias e famílias com as índias da região.²⁵ A partir da década de 30, a cidade de Passos queria se modernizar assim como a maior parte do país com a Era Vargas:

*A Passos contemporânea funda suas grandezas na concepção de progresso que privilegia a construção civil, o urbanismo e uma certa tendência cosmopolita de convivência social e cultural. O desenvolvimento da cidade corresponde muito às suas edificações, aos melhoramentos urbanos, à proliferação das ocupações produtivas e mais que isto, ao compasso frenético do consumo.*²⁶

²⁴ Furnas é uma empresa de Capital Misto, administrada pelo Estado, criada em 28 de fevereiro de 1957 pelo então Presidente Juscelino Kubitschek, porém só começou a funcionar efetivamente em 1963 na Usina com o mesmo nome no município de Passos – MG.

²⁵ GRILO, Antônio Theodoro. *Câmara de Passos – 150 anos*. Passos, 1998.

²⁶ NORONHA, Washington. *Álbum 1936*. Passos, 1936.

MAPA 1.1
LOCALIZAÇÃO DE PASSOS – MINAS GERAIS²⁷



Mesmo com todo o desejo de modernidade, a base econômica da cidade de Passos estava estabelecida no campo, as fazendas de café exerciam grande importância para a região assim como a criação de rebanhos leiteiros que forneciam o leite para a fabricação de manteigas, doces e queijos para o consumo interno e para comercializarem com várias outras regiões do país, principalmente São Paulo. Contudo a cidade já possuía, desde a década de 1920, um Parque Industrial modesto com fábricas de açúcar, cimento e voltadas para a construção civil, sendo que tanto a produção fabril quanto agrícola era escoada pela Estação Mogiana, embora os produtos mais exportados fossem o café e o açúcar.

Na década de 70, as principais indústrias de Passos que fabricavam o açúcar passaram ao controle de grupos empresariais paulistas; tal expansão significou a monopolização de vastas áreas férteis, adquiridas por essas empresas, provocando modificações graves na agricultura de alimentos e na organização social do trabalho. Quanto às relações de trabalho, o avanço da capitalização sobre a produção agrária, isto é, a orientação da agricultura para o mercado, produção intensiva e contratos assalariados de mão-de-obra, introduziu em Passos o fenômeno do “bóia-fria”. Este fenômeno está ligado ao inchaço da periferia urbana, aos loteamentos populares e à formação de bairros

²⁷ Disponível em: <http://www.geocities.com/athens/7452/passos.html>. Acesso em 23 de novembro de 2008.

extremamente pobres. A produção de cana-de-açúcar na região atraiu mão-de-obra principalmente dos estados do Nordeste brasileiro.

Assim, a cidade de Passos, desde sua formação econômica e política, recebeu influências significativas do estado de São Paulo e dos estados do Nordeste pela mão-de-obra, e, com a construção da Usina de Furnas na década de 50, os paulistas agregaram com trabalho especializado. Posteriormente essa mesma influência motivou várias atividades grevistas no município, tal como veremos a seguir.

No interior deste contexto, com as mudanças processadas mais recentemente, entram em cena os protagonistas deste trabalho, os trabalhadores da Empresa Furnas, da década de 80. Eram homens, em sua maioria, pois havia poucas mulheres, que ocupavam cargos de assistente social, secretárias, faxineiras e copeiras. As funções administrativas e de operação estavam lideradas pelos homens dentro da usina, os quais vieram de diversas partes do país para construir a empresa e colocá-la em funcionamento.

Segundo o *site* oficial de Furnas²⁸, esta foi criada com o objetivo de “*sanar a grave crise energética que ameaçava de colapso os três principais centros socioeconômicos brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte*”. Assim, o Governo de Juscelino pesquisou áreas para a construção da primeira usina hidroelétrica de grande porte do Brasil. A justificativa para a escolha do município de Passos foi a grande capacidade de vazão do Rio Grande, além do que, a barragem de Furnas apresentou-se como uma grande solução²⁹ para vários empreendimentos da região metalúrgica do centro de Minas Gerais e do litoral da região Rio – São Paulo. A usina começa a ser construída em meados da década de 50, atraindo trabalhadores de diversas regiões, mas principalmente da capital mineira e de São Paulo. A princípio eram trabalhadores braçais para a construção da barragem e engenheiros para “tocarem” a obra. Com tudo pronto, a usina começa a operar em 1963 com mão-de-obra altamente qualificada, com formação em engenharia, técnicos, assistentes sociais, dentistas, médicos, pois não foi apenas a Usina que foi construída, mas uma vila para seus funcionários, o que tornavam necessárias várias qualificações dos trabalhadores.

O espaço da Usina era totalmente moderno, com equipamentos e máquinas com tecnologia de ponta, o que “obrigava” a empresa a manter seus funcionários sempre treinados, por isso os cursos de especialização eram rotineiros. Aos trabalhadores era

²⁸ Furnas Centrais Elétricas S/A. Disponível em: <http://www.furnas.com.br>. Acesso em 20 de outubro de 2008.

²⁹ FURNAS. *Furnas conte as suas histórias*. Furnas: Rio de Janeiro, 2001.

oferecido um lanche diário no próprio espaço de trabalho, e no almoço esses poderiam ir para casa fazerem suas refeições com suas famílias. Na usina os contatos eram restritos aos funcionários que trabalhavam em cada área, porém as amizades pela convivência não deixavam de existir,

Uma vez o Rubinho tava passando mal, um amigo, que fiz na Usina, e ele tinha que concertar uma peça no gerador, tava tão mal que quase caiu lá dentro, se não fosse eu, ele ia morrer. Puxei o cinto que estava com ele por segurança e segurei firme.³⁰

A “Vila de Furnas”, como é popularmente conhecida, foi construída a princípio para oferecer condições básicas de vida para os funcionários da empresa, pois a barragem ficava distante da região central do município de Passos. Portanto, havia ambulatório, dentista, escola primária, com ensino de 1ª a 4ª série, mercado, banco (normalmente o mesmo em que os funcionários recebiam), parque com brinquedos para as crianças, mais uma área de lazer com clube, com duas piscinas, sauna, salão de festas, quadra de futebol, basquete, vôlei, campo de futebol, pomar de frutas, hotel para os funcionários que não moravam na região, farmácia e capela Católica. Enfim, havia uma pequena cidade para atender aos funcionários da empresa. Pessoas “estranhas” só entravam na vila com permissão de algum morador ou a trabalho, o que era comum, porque as mulheres da cidade de Passos iam trabalhar como domésticas nas casas dos funcionários na Usina de Furnas.

As vilas eram construídas próximas às barragens, ônibus da empresa buscavam os trabalhadores pela manhã e retornavam com eles por volta das 17 horas, porém havia uma divisão nítida nestas vilas: “a vila de baixo e a vila de cima”. Esta divisão era sugestiva, ou seja, os cargos de chefia, normalmente engenheiros e operadores da subestação moravam na vila de cima, em casas de alvenaria, grandes e com banheiro. Os funcionários que não ocupavam esses cargos moravam na vila de baixo, eram almoxarifes, serviços gerais, “peões de obra” e vários outros. Contudo as instituições de serviços (banco, escola, mercado, etc.) ficavam na vila de baixo.

Aos fins de semana, o lazer das famílias era ir ao clube, usufruir de toda a estrutura oferecida, pescar no Rio Grande ou até mesmo almoçar no hotel. Contudo a empresa, juntamente com o serviço de assistente social, criava eventos para as famílias que moravam na vila, campeonatos de truco, futebol, vôlei, gincanas, apresentações de música,

³⁰ MONTEIRO, Orlando Rodrigues. *Depoimentos*. Uberlândia. 10/07/2008

em datas comemorativas havia festas como as de São João, bailes e serestas. O entretenimento foi por muito tempo farto dentro da vila, a maior parte dos locais de lazer estavam na vila de cima.

As vilas formaram um complexo socioeconômico, cultural e político; uma empresa moderna, com o trabalho assalariado, com formas específicas de educação (criação da escola primária), de religiosidade (capela), de consumo (o mercado) e de lazer (o clube social, o futebol de várzea).

A vila de Furnas, com suas casas e sua rede de serviços (capela, escola, clube social, farmácia) apresentava benefícios sociais para os funcionários, ao mesmo tempo em que era constituída de elementos legitimadores da dominação por parte da Empresa. Contudo, os funcionários apropriaram-se desses aparatos institucionais, atribuindo significado e valor às relações e ao modo de vida que foi construído cotidianamente no interior das capelas, nas salas de aula das escolas e nas diversas formas de lazer³¹. Tal como analisou Thompson, embora seus estudos estivessem voltados para a realidade dos trabalhadores ingleses,

*Nenhuma ideologia é inteiramente absorvida por seus partidários: na prática, ela multiplica-se de diversas maneiras, sob o julgamento dos impulsos e da experiência. Desta forma a comunidade da classe operária introduziu nas capelas seus próprios valores de solidariedade, ajuda mútua e boa vizinhança.*³²

Na Vila de Furnas não foi diferente, as laços de solidariedade formavam-se na convivência do cotidiano e nos locais instituídos, como a própria capela, mercado e no clube de lazer. Essa convivência de certa forma facilitava o contato entre os funcionários e uma possível tentativa de organização para reivindicar condições de vida e trabalho, não só com tentativas de paralisações, mas organizando-se para pedir algo, mesmo simples, como tapar um buraco na rua, melhorar a limpeza do clube, enfim, todos os tipos de reivindicações.

Assim, a Vila de Furnas não foi construída apenas como uma medida assistencialista para os funcionários no Governo Militar, mas de forma natural se transformou em um espaço de socialização e organização de possíveis lutas.

³¹ KELLER, Paulo Fernandes. *Cotidiano Operário e Complexo Fabril: fábrica com vila operária em Paracambi – RJ*. Revista dos Alunos do Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ. V. 5, nº 1, março 2006.

³² . Thompson, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2 ed. Volume I- A Árvore da liberdade, 1988.

2.1 – Governos e planos econômicos e políticos dos anos 80

A década de 80 foi um período de instabilidade econômica e política no país; econômica, pois em apenas cinco anos, entre 1986 e 1990, o país enfrentou sete planos econômicos e dezenas de ajustes para a estabilização da economia; e político, pois foi o momento de transição da ditadura militar para a primeira eleição direta desde 1960.

O início dos anos 80, assim como o fim da década de 70, apresentou movimentações de civis reivindicando direitos e lutando pela liberdade democrática, como foram os movimentos operários e a Campanha pelas Diretas Já, iniciada em 1983. Intensificaram-se as campanhas pelas eleições diretas para presidente; mas os que estavam no poder classificaram a Diretas Já como perturbadora da ordem e contra a Constituição que previa eleições para presidente pelo Colégio Eleitoral. A legitimidade deste foi contestada, depois de alguns anos de luta de civis pela democracia. A campanha pelas Diretas teve seu apogeu em 1984, quando se daria a votação da Emenda Dante de Oliveira, que restabelecia as eleições diretas para presidente. Então o povo saiu às ruas com roupas amarelas, faziam panelaços e buzinaços, o povo mobilizou-se no país todo em manifestações alegres e com clima cívico. Porém quem estava no poder não queria deixá-lo e organizou-se para não permitir a aprovação da Emenda, o que de fato acabou ocorrendo, pois em 25 de abril de 1984 a Emenda não foi aprovada. Para boa parte da população parecia o fim e o início de uma história.

Abalado pela campanha das Diretas e por vários outros desgastes que já vinha sofrendo, o Governo Militar caminhava para o seu final. Após longos debates no Congresso Nacional, em 1985, Tancredo Neves saiu vitorioso, tornado-se o primeiro Presidente civil desde o longo período de ditadura. Porém, devido a um mal súbito que o levou à morte, sequer chegou a assumir o cargo. Quem assume a presidência é seu vice José Sarney, cujo Governo foi marcado pelo Plano Cruzado (1986), fundamentado em uma política econômica heterodoxa, centrada no congelamento de preços, com uma nova moeda e a criação de um novo índice formador de preço, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC).

O Plano Cruzado, com sua meta de inflação zero, suscitou grande apoio popular. No entanto, por força das contrapressões de segmentos burgueses, caíria por terra logo após a esmagadora vitória eleitoral do PMDB em 1987. Seu rigoroso controle sobre o apetite empresarial para lucros excessivos não

*encontrou respaldo suficiente no partido que o formulara. A sonegação de mercadorias inviabilizaria o plano através do ágio.*³³

No ano de 1987, é desenvolvido um novo plano econômico do ministro Bresser Pereira, o conhecido Plano Bresser. O objetivo não era inflação zero, mas a redução dos déficits públicos e o fim da escala móvel de salários, sendo que estes foram redefinidos pela Unidade Referencial de Preços (URP). Contudo o plano mostrou-se incapaz de conter a inflação, acarretou perdas salariais e retaliação de credores e de governos estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos, os quais, evidentemente, eram contra a suspensão do pagamento da dívida. Bresser saiu do governo no fim de 1987 e foi substituído por Mailson de Nóbrega, em janeiro de 1988, que retomou o pagamento da dívida externa e as negociações com o FMI. A política de Mailson ficou conhecida como “feijão com arroz”, que visava estabilizar a inflação em 15% ao mês e reduzir o déficit público. Mas a crise se acentuou neste momento, houve uma elevação da taxa de inflação, agravou-se o desemprego e provocou descontentamento geral:

*O “feijão com arroz” desembocou na “ingovernabilidade”. A crise econômica chegou a tal ponto que, em fins de 1988, estabeleceu-se acordo inédito entre governo, empresários e trabalhadores – assumindo apenas pela Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e não pela Central Única dos Trabalhadores (CUT): o chamado Pacto Social, que tentou estabelecer um redutor para a prefixação dos reajustes de preços nos dois meses do ano. Frágil, temporário, o pacto logo desfez e a resposta governamental foi o Plano Verão (Janeiro de 1989).*³⁴

O Plano Verão atingiu, mais do que todos os outros, os trabalhadores do setor público, dentre eles os eletricitários, pois houve o anúncio de demissões no funcionalismo público e de privatizações de empresas, além de substituir o Cruzado pelo Cruzado Novo, nova fórmula para o reajuste dos salários, houve a desvalorização cambial e a extinção da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) como instrumento de correção monetária. Resultado do plano, o ano de 1989 terminou com forte recessão e a inflação passou dos 50% em dezembro.

Nesse contexto, temos no Brasil, de maneira geral, e na cidade de Passos, em específico, movimentos organizados para garantir principalmente a correção real dos

³³ FONTES, Virgínia Maria. MENDONÇA, Sônia Regina de. *História do Brasil recente 1964-1992*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 4ª edição.

³⁴ FONTES, Virgínia Maria. MENDONÇA, Sônia Regina de. *História do Brasil recente 1964-1992*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 4ª edição.

salários. Na cidade de Passos, analisando os jornais desse ano, percebemos paralisações em diversos setores:

TABELA 2.0
GREVES EM PASSOS - 1989³⁵

Categoria	Duração	Motivos
Funcionários da Santa Casa de Passos	20 a 28/02/1989	Salariais
Trabalhadores Rurais	27/02 a 03/03	Salariais
Servidores Estaduais	14 e 15/03	Greve Geral
Servidores Municipais	Desde 03/04	Salariais
Servidores da SANI	Desde 05/04	Salariais

No mesmo ano, em maio de 1989, os eletricitários que estavam sob o comando do SINDSUL, abrangendo funcionários de Furnas Centrais Elétricas S/A e CEMIG promoveram uma greve de cunho nacional, por um curto período. Porém a paralisação não se restringiu a esse município, até porque, o ano de 1989, segundo Salvador Sandoval, foi de “onda” grevista, no qual as greves gerais funcionaram como aliadas dos trabalhadores,

Durante a década de 1980, o ressurgimento da greve geral como importante forma de protesto por parte da classe trabalhadora pode ser entendido dentro do contexto do crescente descontentamento com a longa crise econômica de estagnação e inflação que se estendeu por toda década, e agravada pela decrescente credibilidade no governo e nas elites econômicas.³⁶

Os movimentos grevistas articulados na década de 80 no município de Passos foram frutos de toda a mudança ocorrida em fins da década de 70. Porém em 1989 os trabalhadores não promoviam paralisações buscando liberdade democrática, porque isso já estava sendo articulado normalmente. Desta feita, os motivos estavam voltados contra uma política governamental de redução dos salários, incapaz de controlar a inflação; marcando

³⁵ Folha da Manhã. Passos, 09 de abril de 1989.

³⁶ SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param – Greves e mudança social no Brasil 1945 – 1990*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

a consolidação do movimento sindical na região, estimulado na década anterior. Sobre essa “influência” de fins da década de 70, um funcionário aposentado de Furnas diz:

Até 1979 não existia um movimento sindical organizado em Furnas, e por influência dos movimentos de São Bernardo iniciou-se nesta época por meio da ASEF (Associação dos Empregados de Furnas), uma espécie de Comissão de Fábrica criada no Escritório Central da Empresa em Botafogo no Rio de Janeiro sob a coordenação do Companheiro Gilberto Braga, funcionário de Furnas no Escritório Central, uma organização que denominou-se Intersindical de Furnas que era um grupo de representantes de todo sindicato de área regional de Furnas, assim em torno de Abril de 1980, formou-se a Primeira Intersindical do Sistema Elétrico Brasileiro que foi a Intersindical de Furnas e assim constituída: Pelo Sindicato de Varginha MG cujo Presidente na época era o Sr Daniel e levava contigo os funcionários da Usina de Furnas Paulo Tovar Bagio e José Luis (o índio); Pelo Sindicato dos Eletricitários de São Paulo foram eleitos quatro trabalhadores de Furnas, Orlando Rodrigues Monteiro e José da Linha da Subestação de Guarulhos e Tijuco Preto, e José Francisco de Paula Filho (Di Linha) e Luismar pela Subestação de São Roque atual Subestação de Ibiúna representando os trabalhadores de Furnas no Estado de São Paulo e Apoiados pelo Figueiredo na época diretor do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo. Elegeram-se também pelo Sindicato dos Urbanitários do Rio de Janeiro o Companheiro Gilberto Braga; Pelo Sindicato dos Eletricitários de Niterói elegeram-se o Companheiro Ivo trabalhador de Furnas na Subestação de Adrianópolis; do Paraná veio o saudoso companheiro Jairo Brun da Subestação de Ivaiporã apoiado pelo Sindicato dos Urbanitários de Londrina; do Triângulo Mineiro Usina de Marimondo elegeram-se o Companheiro André; e de Brasília veio eleito pelos trabalhadores de Furnas o Companheiro Nazário. Este grupo e outros em outras localidades da Empresa no País nesta organização motivou não só o movimento sindical em Furnas que também criou um Fórum que foi o ENTFUR Encontro Nacional dos Trabalhadores de Furnas mas que foi seguido pelos eletricitários de outros estados e empresas que também formaram sua intersindical e a união destas formamos o Comando Nacional dos Eletricitários e outro Fórum ampliado que foi o Encontro Nacional dos Eletricitários.³⁷

Diante de uma mudança no perfil do trabalhador brasileiro e um sufocamento da economia nos salários, as greves não paravam de explodir. Em Passos não foi diferente, o jornal *Folha da Manhã* do dia 21 de abril de 1989 já trazia manchete: **“Eletricitários podem entrar em greve se não houver reposição”**, e dava continuidade a reportagem:

O presidente do sindicato Paulo Tovar Baggio, enviou um telex para o presidente de Furnas Centrais Elétricas, João Camilo Penna, cobrando uma posição da empresa, e alertando que noventa e seis por cento dos eletricitários da hidrelétrica Furnas, presentes na Assembléia do início desta semana, mostraram-se dispostos a parar de trabalhar caso não haja reposição salarial de imediato. Na próxima semana outras bases terão assembleias para encaminhamento de questões idênticas às que foram tratadas na base do SINDSUL. E no dia dois de maio acontecerá reunião de todos os sindicatos que integram o complexo de Furnas Centrais Elétricas, em Campinas (SP), quando

³⁷ MONTEIRO, Orlando Rodrigues. *Depoimentos*. Uberlândia. 10/07/2008

*será fechado o cronograma de mobilização dos eletricitários e, até, da possível greve.*³⁸

A greve que começava a ser gerida tinha abrangência nacional e estava contra as práticas do governo em não reajustar os salários do funcionalismo público, opondo-se totalmente ao Plano Verão do Governo Federal.

TABELA 2.1³⁹
PERDA SALARIAL E REAJUSTE NECESSÁRIO PARA RECOMPOR OS
SALÁRIOS, POR DATA BASE

Data – Base	Perda Salarial até	Reajuste necessário em
	30/08/89	30/08/89
01/fev/88	49,56%	98,26%
01/mar/88	50,73%	102,96%
01/abr/88	52,54%	110,70%
01/mai/88	53,51%	115,10%
01/jun/88	55,39%	124,16%
01/jul/88	52,25%	109,42%
01/ago/88	51,50%	106,19%
01/set/88	52,40%	110,08%
01/out/88	52,97%	112,63%
01/nov/88	52,14%	108,94%
01/dez/88	51,89%	107,86%
01/jan/89	50,85%	103,46%

Nessa tentativa de organização dos trabalhadores, reivindicando reajustes nos salários, o sindicato estabeleceu-se como órgão regulador e de negociação entre empresa e trabalhadores. O SINDSUL apresentava-se de forma independente, apartidário e sem nenhuma filiação à CUT. Mesmo reunindo trabalhadores da CEMIG, do Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas (DME) e da Companhia Luz e Força de Mococa, atendeu os trabalhadores de Furnas de forma integral a partir de sua sub-regional

³⁸ Folha da Manhã. Passos, 21 de abril de 1989.

³⁹ DIEESE. *Nova Política Salarial*. 23 de junho de 1989.

em Passos; naquele momento, apenas os funcionários de Furnas filiados ao sindicato gerava em torno de 2500 filiados ativos.

A sub-regional de Passos atendia às necessidades dos funcionários da Usina de Furnas e suas lideranças eram trabalhadores da Usina que se afastaram para trabalhar de forma integral no sindicato. Este mantinha um informativo, *Energia Ativa*, como instrumento de mobilização e propaganda para divulgação das suas ações, assim como enviava circulares para os filiados informando os trabalhos feitos por ele.

Para Marx, no século XIX, “os sindicatos têm por fim impedir que o nível dos salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor”⁴⁰. E o SINDSULI ia além de impedir a queda dos salários, pois cobrava melhores condições de trabalho, como segurança, redução da jornada, condições de vida para as famílias e direitos como saúde, lazer e educação dentro das vilas, destaca-se o Departamento Jurídico do Sindicato, que enfatizava o encaminhamento de ações coletivas trabalhistas.

A escolha das lideranças no sindicato era feita nas assembleias, de quatro em quatro anos os trabalhadores formavam chapas para concorrerem à diretoria e os filiados votavam, garantindo, assim, uma democracia que ficou apagada por um longo período no país, ao menos no sindicato, as eleições eram feitas por escolha da maioria. Em relação à sustentação econômica do sindicato, mobilizavam campanhas para o aumento da sindicalização que aumentaria a arrecadação e utilizavam-se de recursos do imposto sindical. Contudo, mesmo com toda a organização do sindicato, os trabalhadores sentiam-se ameaçados.

Naquela época, o movimento sindical era muito perseguido, muito marginalizado, as empresas não enxergavam as entidades sindicais, não queriam reconhecer uma representação sindical dentro da empresa. Então, sofremos muito, fomos muito perseguidos; alguns tiveram prejudicadas suas classificações dentro da empresa, mas conseguimos vencer essa etapa.”⁴¹

Podemos dizer que no ano de 1989 a sub-regional de Passos estava atendendo mais as reivindicações dos funcionários de Furnas do que das outras empresas, pois o número de filiados de Furnas era maior no sindicato e suas lideranças estavam ligadas à empresa. Não

⁴⁰ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Sindicalismo*. São Paulo: Ched, 1980.

⁴¹ FARIA, Miguel Ângelo de Melo. *Depoimentos*. Passos. Setembro de 2007.

é sem explicação que no ano de 1994 os trabalhadores desta Empresa fazem uma cisão no sindicato, formando uma nova entidade: o Sindicato de Furnas (SINDEFURNAS):

A criação do SINDEFURNAS aconteceu após uma cisão com o Sindsul. Foi uma decisão bastante madura. Nós defendíamos a criação de um sindicato que reunisse os trabalhadores de Furnas. O pessoal da Cemig também entendia que era melhor ter uma representação só dela, separada da de Furnas. Os dois lados tinham interesse que isso ficasse bem resolvido. Felizmente, as coisas aconteceram certas, inclusive na questão do patrimônio. Tudo transcorreu sem nenhum transtorno, foi uma decisão sábia tanto da categoria da Cemig como da categoria de Furnas. Na época, tínhamos a representação de duas usinas (Furnas e Mascarenhas de Moraes), mas a partir de 1994, com a vinda de outras usinas e subestações, passamos a ter um grande poder de fogo. Mudou realmente a correlação de forças e representatividade do SINDEFURNAS passou a ser reconhecida não só em Furnas, mas em todo o país, em todo o setor elétrico brasileiro.⁴²

Os trabalhadores poderiam e buscavam informações diretamente na sede do sindicato, onde também realizavam assembléias, as quais, no período antes da greve de 1989, contavam com o apoio e a presença de mais de 400 funcionários. Portanto, além do sindicato ter sido uma “ponte” nas negociações entre empresa e trabalhadores, também criou nestes uma capacidade de se organizarem para outras lutas, mesmo fora desse sindicato. O SINDSUL deixou marcas na sociedade, fruto da ação dos sindicalistas, no sentido de contribuir com o processo de democratização do país, com atos públicos e movimentos populares, dentre eles, apoio para a criação e manutenção da Associação Passense de Defesa Ambiental (ADAP), criação e manutenção do Conselho Municipal de Previdência Social (CMPS), criação e manutenção da Intersindical de Passos e de Poços de Caldas, criação do InvestFurnas (clube de investimentos dos trabalhadores de Furnas para lutar contra a privatização de Furnas), realização de atos públicos contra a privatização da empresa, Assembléia Nacional Constituinte, defendendo propostas dos trabalhadores e audiências públicas da Assembléia Legislativa de Minas Gerais contra a privatização de Furnas.

2.2 - O dia da paralisação

Antes da paralisação de maio de 1989 o sindicato já estava apoiando os funcionários de Furnas pela redução da jornada de trabalho, como descreve Alfredo Simas de Oliveira Filho, que na época era Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho no SINDSUL:

⁴² VILELA, Ataíde. *Depoimentos*. Passos. Setembro de 2007.

Um dos fatos que mais marcou trata-se da participação dos diretores do Sindsul, funcionários de Furnas, na luta pelo turno de seis horas quando da Assembléia Constituinte. Fizemos paralisações, uma mobilização sistemática e fomos vitoriosos. E isso mostrou que, apesar da minoria, tínhamos um bom poder de fogo.⁴³

Essa integração entre trabalhadores e sindicato foi importante para as negociações que se estenderam até o dia 19 de maio de 1989. Diante de todo desagrado dos funcionários pelas perdas salariais, Furnas Centrais Elétricas oferece para os trabalhadores apenas 21,87% de reajuste nos salários, sendo que o sindicato reivindicava no mínimo 55% de reajuste, já que as perdas dos trabalhadores de Furnas até o mês de abril de 1989 chegaram a 87,92%, segundo o DIEESE. Desde o início desse ano, as negociações com a empresa começaram, mas nada de concreto foi definido, por fim, Furnas convocou uma reunião de caráter de urgência na cidade do Rio de Janeiro, concedendo à categoria um reajuste de 32% dos salários. Como não foi o esperado, o presidente do SINDSUL em Passos anuncia a greve:

Existe um movimento dos eletricitários, em nível nacional, do qual o Sindsul faz parte que pautado na responsabilidade que temos para com o povo brasileiro, numa reunião em Brasília na semana passada, transferimos uma greve geral do setor programada para o dia dezesseis de maio, proporcionando um maior tempo para que as autoridades da área econômica tomasse providências no sentido de atender em parte as reivindicações da categoria, evitando desta forma uma paralisação do setor. De qualquer forma gostaríamos de alertar a população, que na impossibilidade de chegar a um acordo e deflagrado o processo de greve, assumimos o compromisso de manter os serviços emergenciais necessários à população.⁴⁴

E no dia 22 de maio de 1989, a paralisação é deflagrada na Usina de Furnas, com o apoio de mais de 400 funcionários; foi uma segunda-feira de intensa negociação com a Empresa, após mais de quatro meses nesta tentativa. Uma assembléia entre os funcionários da Usina de Furnas foi convocada para negociarem o reajuste, foi a assembléia mais longa até esta data, porém a empresa apresentou a proposta que previa um aumento salarial entre 32% e 50%, variando com o salário de cada funcionário. A “pressão” da empresa para os funcionários aceitarem o reajuste foi grande, sendo que, por intermédio de seus

⁴³ FILHO, Alfredo Simas de Oliveira. *Depoimentos*. Passos. Setembro de 2007.

⁴⁴ Periódico. *Folha da Manhã*. 19/05/1989

negociadores, “ameaçou” que, se o processo de greve perdurasse, pararia imediatamente as negociações e cortaria os salários.

Portanto, no mesmo dia 22 em menos de 24 horas depois de anunciarem a paralisação, por volta das 21 horas os funcionários aprovaram em assembléia o reajuste proposto pela empresa. Nessa data, a Usina de Furnas foi operada por um número mínimo de funcionários, para manter a transmissão de energia para a população e, no dia seguinte, os trabalhadores estavam na ativa novamente, como já havia sido anunciado pelo diretor do SINDSUL.

O que fica é um questionamento: mas uma paralisação com pouco tempo de duração teve alguma importância? E a resposta é sim. Essa paralisação no mês de maio de 1989 foi o trampolim para outras que ocorreram no ano seguinte. Além disso, após a deflagração da greve, houve uma repercussão por parte da imprensa no município de Passos: o maior jornal da cidade, *Folha da Manhã*, durante os meses de abril e maio de 1989, anunciou em primeira página as direções da tentativa de greve. O ganho salarial também foi significativo, se levarmos em consideração que os salários dos funcionários da empresa estavam totalmente desfalcados. Mas, além disso, os funcionários resgataram seu poder de organização, perceberam que se conseguiam negociar a partir do sindicato, também conseguiam reivindicar mais,

As marcas foram maiores no meio da categoria dos eletricitários, sobretudo de Furnas, que verificou sua força. Daí por diante, a categoria começou a se conscientizar, cada vez mais, da importância de sua união em torno de bandeiras comuns, passando a se mobilizar.⁴⁵

O ano de 1990 foi marcado por duas greves na Usina de Furnas, uma com duração de 30 dias e outra, 16 dias. Funcionários ocuparam a Usina e chamaram atenção das autoridades federais, da grande imprensa e até do Exército Brasileiro; porém estes fatos só foram possíveis porque os trabalhadores já haviam tido uma experiência de mobilização e sabiam as dificuldades e pressões do governo. Estas experiências só confirmam as reflexões desenvolvidas por Hobsbawm, ao afirmar que

Quando insatisfações industriais, por uma razão ou por outra, vão-se acumulando sem poderem descarregar sua tensão, a explosão conseqüente é quase inevitavelmente ampla e dramática, tanto mais se considerarmos que

⁴⁵ FILHO, Alfredo Simas de Oliveira. *Depoimentos*. Passos. Setembro de 2007.

*nestas situações a demonstração das lutas iniciais surte efeito espetacular, especialmente quando bem sucedida.*⁴⁶

As insatisfações estavam postas desde a implantação do regime militar. Dessa forma as mobilizações por parte dos trabalhadores foram apenas se intensificando com a abertura política em 1985, mas as reivindicações não pararam com as “ondas grevistas” de 1989, até porque, como assegura a palavra de ordem popularizada pelo chamado sindicalismo combativo, *“a luta continua companheiro”*, e continua mesmo, por isso a cada dia há novas tentativas de organização por parte de trabalhadores e da sociedade civil. Mas estas discussões são para outros estudos.

⁴⁶ HOBBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. O “novo sindicalismo” em Perspectiva. São Paulo: Editora Paz e Terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Suas promessas, inscritas numa memória coletiva, podem ser reatualizadas...
(Eder Sader)

Quando me propus ao estudo de uma temática tão pesquisada e ao mesmo tempo complexa no campo da historiografia, deparei-me com uma infinidade de fontes, sendo necessário selecionar o que seria possível utilizar, já que meu contato com essas era restrito.

Após a cisão do SINDSUL os documentos que estavam na sub-regional de Passos voltaram para a sede do sindicato em Varginha, nisto, muitos se perderam. Ao longo da pesquisa encontrei fontes e materiais diversos, referentes a esta temática, que não dariam para ser reunidos em um único trabalho. Desta perspectiva, essa pesquisa é apenas o começo do entendimento do processo, cheio de nuances e caminhos a serem explorados.

As experiências das greves em finais dos anos 70 e 80 foram acontecimentos cruciais para a elaboração da história do movimento operário, apontando a capacidade de organização de pessoas comuns. O sentido político das ações faz parte da esfera social. Como descreveu Eder Sader, na década de 80,

*Apontaram no sentido de uma política constituída a partir de questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações nos bairros.*⁴⁷

No caso específico dos trabalhadores de Furnas, o fator econômico constituiu elemento norteador das ações reivindicatórias, porém, quando perceberam sua capacidade de organização, foram além e lutaram por melhores condições de trabalho, moradia e saúde. Desta forma, a capacidade de luta dos trabalhadores desta empresa, possibilitou a cisão do sindicato.

Ao longo desta narrativa tentei atingir os objetivos de identificar os processos políticos e sociais que estavam ocorrendo no país e como isto contribuiu para a

⁴⁷ SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena – Experiências e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

organização dos trabalhadores de Furnas. Também nos preocupamos em apresentar seus espaços de vivência, mostrando, a partir da memória desses personagens sociais, como se teceu a trama histórica entre os trabalhadores e a empresa. Espero ter contribuído para elucidar, esclarecer e registrar alguns fatos necessários para a compreensão de nossa história, que poderão ser retomados e aprofundados por outros estudiosos.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Antonio de. **Novas Leituras para Antigas Lutas: representatividade e organização coletiva entre trabalhadores do ABC Paulista - 1964/1990**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 279-309, 1999.

----- . **Os Trabalhadores e seus Espaços: Cultura, Experiência e Cotidiano nos Estudos Históricos sobre Identidade Coletiva**. In: Maria Clara Tomaz Machado; Rosângela Patriota. (Org.). Política, Cultura e Movimentos Sociais: contemporaneidades historiográficas. 1 ed. Uberlândia: EDUFU, 2001, v. único, p. 27-42.

CRUZ, Heloísa de Faria. **Trabalhadores e Viver Urbano**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC/SP. São Paulo: EDUC. 1999.

FONTES, Virgínia Maria. MENDONÇA, Sônia Regina de. **História do Brasil recente 1964-1992**. Rio de Janeiro: Editora Ática, 4ª edição.

FURNAS. **Furnas conte as suas histórias**. Furnas: Rio de Janeiro, 2001.

HAUPT, Georges. **Por que a história do movimento operário?** São Paulo, Revista Brasileira de História. V.5, nº 10, março/agosto de 1985, p. 208-231.

HOBSBAWM. Eric. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária. O “novo sindicalismo” em perspectiva**. São Paulo: Editora Paz e Terra.

JÚNIOR, Walter Cruz Swensson. MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi de. **Contra os inimigos da ordem – repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)**. Rio de Janeiro: DPA editora, 2003.

KELLER. Paulo Fernandes. **Cotidiano Operário e Complexo Fabril: fábrica com vila operária em Pacambi – RJ**. Enfoques (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 1-14, 2006.

MARONI, Amneris. **A estratégia da recusa – Análise das greves de maio/78.** São Paulo: Brasiliense.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Sindicalismo.** São Paulo: Ched, 1980.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e Velhos Sindicalismos – Rio de Janeiro (1955 – 1988).** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVA, Aloizio Mercadante (coord.) **Imagens da Luta: 1905-1985.** São Bernardo do Campo, Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1987.

PAULE, Marie. JABINET, Caire. **Introdução à Historiografia.** Tradução de Laureano Pelegrin. Bauru: EDUSC, 2003.

PORTELLI, Alessandro. **Memória e Diálogo: Desafios da História Oral para a Ideologia do século XXI.** In: Ferreira, Marieta de Moraes; Fernandes, Tania M. Dias e Alberti, Verena (org.) *História oral: desafios para o século XXI.* Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena – Experiências e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970 – 1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SANDOVAL, Salvador. **Os trabalhadores param – Greves e mudança social no Brasil 1945 – 1990.** São Paulo: Editora Ática, 1994.

THOMPSON. E.P. **A formação da classe perária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2 ed. Volume I – A árvore da liberdade, 1988.

HISTÓRIAS DE VIDA

FARIA, Miguel Ângelo de Melo. **Depoimentos**. Passos. Setembro de 2007.

FILHO, Alfredo Simas de Oliveira. **Depoimentos**. Passos. Setembro de 2007.

MONTEIRO, Orlando Rodrigues. **Depoimentos**. Uberlândia. 10/07/2008.

VILELA, Ataíde. **Depoimentos**. Passos. Setembro de 2007.

FONTES DOCUMENTAIS

JORNAL FOLHA DA MANHÃ, Passos, 09/04/1989.

JORNAL FOLHA DA MANHÃ, Passos, 21/04/1989.

JORNAL FOLHA DA MANHÃ, Passos, 19/05/1989.

DIEESE. Nova Política Salarial. 23 de junho de 1989.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

Furnas Centrais Elétricas S/A. Disponível em: <http://www.furnas.com.br>. Acesso em 20 de outubro de 2008.

Disponível em: <http://www.geocities.com/athens/7452/passos.html>. Acesso em 23 de novembro de 2008.